

Processo : 221506-9/21
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : CÁTIA DA SILVA FERRAS
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente de prestação de contas anual de gestão, conforme dados acima registrados.

Retornam os autos após a expedição de Ofício PRS/SSE/CGC nº 20421/2022, na forma prevista no artigo 5º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, com vistas à complementação da Instrução exarada em 27/07/2022 (fls. 237).

1 – DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO SANEADOR A SRA. CATIA DA SILVA FERRAZ (Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita) – DOCs. nº 20436-7/2022 e nº 20532-7/2022

Através do Ofício nº 260/2022/MPREV, Srª Catia da Silva Ferraz apresenta os documentos e esclarecimentos a saber:

DOCUMENTOS

*1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme **Modelo 2**, abarcando também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28);*

Resposta:

A jurisdicionada enviou novos demonstrativos dos quadros I e II junto com vários razões analíticos.

Análise:

Não foi encaminhado o “Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras”, mas apenas os quadros I e II.

Ressaltamos que, de acordo com o demonstrativo dos investimentos mantidos pelo Instituto (Modelo 11, fls. 99/100), há dois investimentos considerados vedados por figurarem na Lista de Aplicações Não Elegíveis aos RPPS. São eles:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;
- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

Tal fato será objeto de notificação aos responsáveis.

Conclusão: atendimento parcial

*2) Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no **Modelo 3B**, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;*

Resposta:

Foi enviado o pertinente relatório.

Análise:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.1	O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B?	X			433/450
8.2	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?		X		442

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.3	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?		X		442
8.4	O Relatório de Controle Interno apresenta apontamentos coerentes com o detectado em nosso exame processual?	X			433/450
8.5	No caso de terem sido encontradas impropriedades e/ou irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas?			X	64

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
8.1	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, referente aos bens patrimoniais, bens em almoxarifado e ao setor de tesouraria do Mesquita-Prev, NÃO SE ENCONTRA arquivada no órgão.
8.2	No Relatório do Controle Interno a indicação é de IRREGULARIDADE DAS CONTAS. Não consta Certificado de Auditoria. Sua ausência será considerada na conclusão da presente instrução.
8.3	Não consta Certificado de Auditoria, nem o parecer do Relatório do Controle Interno foi assinado por profissional da Contabilidade.
8.5	A Declaração do Gestor foi anterior ao Relatório do Controle Interno

Segundo o Controlador Geral do Município, não foram enviados os extratos bancários, motivo pelo qual não foi verificado se o saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias, não foi verificado se estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, e

também não foi verificado se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado, seguindo a normatização aplicável ao RPPS em especial.

O Relatório de Avaliação Atuarial não foi feito porque o processo administrativo para contratação de serviços técnicos de avaliação atuarial do exercício de 2020 foi aberto “no presente exercício”.

O parecer do Conselho Fiscal do Mesquita-Prev foi contrário à aprovação das contas (conforme item 7 dos esclarecimentos), motivo pelo qual se afirma, neste relatório, que será solicitada instauração de Tomada de Contas.

Os relatórios da LRF têm apresentado constantes divergências, pelo que a Controladoria sugere que haja acompanhamento dentro do órgão previdenciário.

Consta que as contribuições patronais foram recolhidas parcialmente em todos os meses de 2020, tendo sido objeto de parcelamento até junho de 2020, mediante Lei nº 1144/2020 e as contribuições de julho a dezembro foram objeto da Lei nº 1169/2021, que regulamentou o art. 9º da Lei Complementar nº 173/2020.

Foram relacionados no referido relatório, como irregularidades e impropriedades, os pontos abaixo:

Irregularidade nº 01:

Conforme apontamento feito pelo Conselho Fiscal, não podendo ser corroborado por este órgão devido ao não encaminhamento dos extratos bancários, e já solicitados através do ofício CGM nº 131/2021, há divergência dos valores apontados nos demonstrativos contábeis e extratos bancários conforme exposto às fls. 115 – 117.

Impropriedade nº 01:

Divergência apresentada entre o RREO e o RGF, comparados aos demonstrativos apresentado, constata-se a não paridade entre as informações.

Impropriedade nº 02:

O Regime Próprio de Previdência Social do município não possui Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP válido para o exercício, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98.

Impropriedade nº 03:

As informações emitidas através do Modelo 4, às fls. 52, da Contabilidade do Instituto, em que apontam não paridade dos saldos do caixa e os valores apresentados pela Tesouraria.

Conclusão: atendimento parcial.

ESCLARECIMENTOS

1) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64:

Resposta:

A jurisdicionada alega que não conseguiu identificar a “não paridade do questionamento” e que “segue relatório de comprovação enviados na Deliberação 277 e 285”.

Análise:

Só encontramos quatro cópias do Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, referente ao exercício de 2020, às fls. 243-246. Não há elementos que solucionem a questão.

Conclusão: sem atendimento.

2) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

Resposta:

Às fls. 241, encontramos:

“2) Diferença entre o saldo patrimonial e o valor registrado no Balanço Patrimonial:”

Análise:

Não consta mais nada acerca da referida divergência.

Conclusão: sem atendimento.

3) Quanto ao fato de, conforme o modelo 34, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.293.105,32, enquanto foram repassados somente R\$119.235,38;

4) Quanto ao fato de, conforme o modelo 36, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.282.453,64, enquanto foram repassados somente R\$107.804,95;

5) Quanto ao fato de, conforme o modelo 37, serem devidos R\$1.840.017,09, mas foram repassados somente R\$6.903,86;

Resposta:

A jurisdicionada respondeu aos itens 3, 4 e 5 em conjunto:

“3-5) Valores repassados com diferenças apontadas conforme Modelo 34,36,37:

Esclarece que os débitos existentes referentes aos Repasses foram pactuados no Temo 361/2021 que abarcou a competência de outubro de 2017 a junho 2020, no montante de R\$ 29.145.424,82 (vinte e nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) e cujas parcelas estão sendo regularmente pagas, sem prejuízo dos repasses vincendos. O período de julho a dezembro//2020 não foram informados à época porque tiveram seu pagamentos suspenso, com autorização legal, em razão da Pandemia Covid-19, conforme Lei 1.169 de maio de 2021, contudo já foram regularizados.”

Análise:

Consultamos o CADPREV e constatamos que o mencionado acordo consta como “não aceito” e os acordos posteriores (de 2021) foram cancelados. Entretanto, observamos que o parcelamento vem sendo pago, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”. A jurisdicionada não apresentou elementos acerca dos valores referentes ao período subsequente. Tendo em vista o tempo decorrido, os mesmos já podem ser apresentados.

Visualizador

cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml

Constituição

Microsoft Word - R...

PROJETO DE RESOLU...

Pesquisa Contador...

Outros favoritos

CADPREV = Secretaria de Previdência

Busca...

MENU PRINCIPAL

- Consultas Públicas
- CRP
- Demonstrativo Previdenciário
- Comprovante de Repasse
- DRAA
- DPIN
- DAIR
- DIPR
- Acordo de Parcelamento
- Nota Técnica Atualizada
- Relatórios e Estatísticas
- Detalhes da Assinatura Digital
- CADPREV-Ente Local
- Acessar

Consulta Acordo de Parcelamento

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Dados da Consulta

Ente: Município de Mesquita

Situação do Acordo: Todos

☐ Não sou um robô

Número do Acordo	Rubrica	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Tipo de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00219/2011	Outros Critérios	Ativo	Antigo		(S)	(S)
00469/2016	Contribuição Patronal	Cancelado	Novo		(S)	(S)
00469/2016	Contribuição Patronal	Ativo	Novo		(S)	(S)
00959/2016	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo		(S)	(S)
00959/2016	Outros Critérios	Cancelado	Novo		(S)	(S)
00954/2016	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo		(S)	(S)
01075/2016	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo		(S)	(S)
01080/2016	Contribuição dos Segurados (200 meses)	Cancelado	Novo		(S)	(S)
00001/2020	Outros Critérios	Cancelado	Novo	Confessado	(S)	(S)
00002/2020	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo	Confessado	(S)	(S)
00391/2021	Outros Critérios	Não ativo	Novo	Confessado	(S)	(S)
00914/2021	Outros Critérios	Cancelado	Novo	Confessado	(S)	(S)
00915/2021	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo	Confessado	(S)	(S)
01134/2022	Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses)	Aguardando doc. assinado	Novo	Confessado	(S)	(S)
00847/2022	Contribuição Segurados - EC 113 (240 meses)	Aguardando doc. assinado	Novo	Confessado	(S)	(S)
00854/2022	Contribuição Patronal - EC 113 (240 meses)	Aguardando doc. assinado	Novo	Confessado	(S)	(S)

Conclusão: atendimento parcial.

6) Quanto à ausência nos autos de qualquer indicação acerca da adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores;

Resposta:

A jurisdicionada “informa que somente em 2021, quando a atual Diretora Presidente assumiu foram adotadas tais medidas, conforme seguem documentos anexos, a saber: Termo de Adesão e contrato com a DATAPREV para fins de Compensação entre regimes de previdência”

Análise:

Encontramos o referido documento às fls. 346/366, cuja assinatura data de 03/11/2021. Fica evidente que em 2020 não houve nenhuma providência a

respeito. **Tal fato será considerado quando do julgamento destas Contas.**

Conclusão: atendimento integral.

7) Quanto ao fato de o Conselho Fiscal do Mesquita Prev ter se pronunciado contrariamente, ou pela “reprovação”, das contas referentes ao exercício de 2020;

Resposta:

Às fls. 241, encontramos:

“7) pelo teor da Ata Anexa consta manifestação pela reprovação das contas referente ao Exercício 2020.”

A mencionada ata está às fls. 374/375. Dela destacamos:

A Diretora de Contabilidade começou a tirar algumas dúvidas sobre a prestação de contas, mas não esclareceu alguns pontos do setor de contabilidade e isso vai impactar na decisão do conselho sobre a prestação de contas de 2020.

Continuamos com as mesmas dúvidas sobre valores de saída de recursos do instituto nos anos anteriores e que não tem comprovação ou foram classificados como duplicidade valor R\$ 1.431.816,15, também tem recursos que saíram do Instituto e não foram devolvidos pela municipalidade recursos estes devolvidos desnecessariamente mesmo depois de sete meses da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, Processo de nº 08/8525/20 no valor de R\$ 1.890.130,88 e vamos pedir o ressarcimento ao Instituto.

Existe segundo a Diretora de Contabilidade um Montante de R\$ 13.529.260,03 referente à perdas de investimentos nas contas de aplicação financeira dos anos de 2017, 2018, 2019 que estão sendo computadas no ano de 2020 e que não ficou muito clara para este conselho e a Presidente ficou de ver com a contabilidade como se deu esta falha e se esse valor impacta no patrimônio do Instituto.

Há diferença na declaração do responsável pelo setor contábil emitido em 2019 e o emitido em 2020.

O processo nº 10/10895/20 a respeito das transferências feitas para Municipalidade até hoje não tivemos resposta e isso impacta na prestação das contas de 2020 este processo ainda é da prestação de contas do ano de 2019, aberto pelo Srº Leandro Machado.

O parecer das contas de 2020 foi REPROVADO os Conselheiros entenderam que a prestação não ficou muito clara e vamos aguardar o parecer da CGM (Controladoria Geral do Município) pois essa prestação de contas também está sem esse parecer que também é importante para nortear os rumos do Instituto, pois ele também vai apontar se há inconsistência na prestação de contas.

Análise:

Observamos que existem várias pendências com valores expressivos relacionadas a exercícios anteriores, inclusive. São situações que não estão claras para o referido conselho, de modo que nem foram satisfatoriamente descritas na ata. Segundo o Relatório do Controle Interno apresentado, seria solicitada a instauração de Tomada de Contas.

Conclusão: atendimento integral.

8) Quanto à não evidenciação da composição, ou ausência de Nota Explicativa, referente aos valores registrados na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” (R\$5.767.451,01).

Resposta:

São valores cuja baixa não foi feita nos exercícios anteriores, conforme extrato anexo (fls. 242). Às fls. 376, encontramos um razão analítico cujo saldo corresponde ao registro de “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

Análise:

Conforme razão apresentado, o valor corresponde principalmente à amortização de parcelas do TAC celebrado entre Mesquita-Prev e Prefeitura de Mesquita, cujo lançamento fora omitido em 2018 e 2019. Item atendido.

Conclusão: atendimento integral.

2 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, sugere-se:

I – NOTIFICAÇÃO dos gestores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, no exercício de 2020, Sr. Murilo Sanches Rodrigues (01/01/2020 a 16/03/2020) e Sr. Leandro Machado Ferreira (17/03/2020 a 31/12/2020), de acordo com o § 2º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, para que apresentem razões de defesa para os fatos apontados abaixo, alertando-os para as sanções previstas no artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90 e que a ausência de elementos imprescindíveis à análise do presente poderá comprometer o julgamento das Contas:

Quanto aos seguintes Investimentos mantidos pelo Instituto, que são vedados e que figuram na Lista de Aplicações não elegíveis aos RPPS:

- Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário – CNPJ: 13.555.918/0001-49;

- W7 Fundo de Investimento em Participações – CNPJ: 15.711.367/0001-90.

II – COMUNICAÇÃO, com base no § 1º do artigo 26 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita– MesquitaPrev, para que encaminhe os documentos e preste os esclarecimentos abaixo discriminados, alertando-o para o disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

Documentos:

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme **Modelo 2**, abrangendo também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28), bem como os **Quadros I e II**;

2) Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, com identificação do emissor, contendo sua **categoria profissional** e sua **inscrição no CRC**;

3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2020), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

4) Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades/impropriedades encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente;

Esclarecimentos:

5) Esclarecer as medidas adotadas em relação ao apontado no Relatório do Controle Interno, quanto à falta de atendimento ao disposto no artigo 12 do Deliberação TCE/RJ nº 277/17, arquivando no órgão a documentação referente ao setor de tesouraria, aos bens patrimoniais e aos bens em almoxarifado;

6) Quanto à instauração da Tomada de Contas mencionada no Relatório do Controle Interno, em decorrência das constatações feitas pelo Conselho Fiscal e seu posicionamento no sentido da irregularidade das contas;

7) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64;

8) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

9) Quanto ao recebimento das contribuições objeto do Termo de Parcelamento nº 361/2021, considerando que consta do CADPREV como “não aceito”, embora as parcelas venham sendo pagas, conforme “Acompanhamento de Acordo de Parcelamento”;

10) Quanto à comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de julho a dezembro de 2020, que a jurisdicionada informa terem sido objeto da Lei nº 1169/2021 e já regularizados.

CAC-GESTÃO, 07/03/2023

FABIO DE CARVALHO VIDIGAL
Analista - Área de Controle Externo
Matrícula 02/003437

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 07/03/2023

MONICA MOREIRA SAMPAIO BARROS
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/003414

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.

SUB-CONTAS, 07/03/2023

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/004310